



DL-01

Ses. Esp. 02/06/11

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial, proposta pela nobre deputada Fátima Nunes, com objetivo de discutir temáticas relacionadas ao meio ambiente, destacando a comemoração do Dia Mundial da Água e Combate à Desertificação.

Convido, para compor a Mesa, a senhora proponente da sessão, minha querida amiga e deputada do PT, Fátima Nunes; o Sr. Diretor de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, Luiz Antônio Ferraro, representando o secretário Eugênio; o Sr. Promotor de Justiça do Ministério Público, Dr. Marcelo Henrique; o Sr. Superintendente do Ibama, Célio Costa Pinto; o Sr. Comandante da Polícia Ambiental, Major Machado, representante do comandante-geral coronel Castro; a Sr^a Superintendente de Meio Ambiente da Embasa, Ana Paula Leal, representando o diretor-presidente Abelardo de Oliveira Filho; o meu querido amigo, Sr. Diretor-Presidente da Cerb, Bento Ribeiro Filho; e o Sr. Presidente da Reciclaíba, programa de coleta seletiva da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Jorge Guenna. (Palmas)

Gostaria de registrar as presenças do nobre Líder do governo, nosso deputado Zé Neto, do PT, e do deputado, também do Partido dos Trabalhadores, Marcelino Galo.

(Palmas)

Tendo em vista compromissos assumidos anteriormente, irei passar a presidência dos trabalhos à nobre deputada Fátima Nunes para que ela possa conduzir esta sessão especial relacionada ao meio ambiente e à comemoração também do Dia Mundial da Água.

Passo a presidência dos trabalhos para V.Ex^a, deputada Fátima Nunes.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Boa tarde a todos e a todas!

É uma satisfação contar com tantas autoridades importantes aqui na Mesa. Daqui a pouco registraremos as suas presenças. Só estamos esperando o Cerimonial completar a lista para nós e também estamos aguardando pessoas que estão aí na caminhada. Eu queria dizer que, para iniciar a nossa sessão especial, há um tema importante. E, neste tema do meio



ambiente, iremos tratar mais especificamente sobre a preservação da água e o combate à desertificação.

Vamos aqui ouvir uma música do nosso compositor e subtenente Pires, que nos alegra nesta tarde, para darmos início a nossa sessão.

(Inicia-se a apresentação musical.)

(Palmas)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Dando seguimento aos trabalhos, vamos convidar para compor a Mesa o Sr. Luís Henrique Pinheiro Silva, representando o Dr. Júlio César Rocha Mota, diretor do INEMA, também o Sr. Nilton, representando a ASA-Bahia.
(Palmas)

Temos uma Mesa bastante rica. Se pudesse, cada um faria uma explanação de uma hora ou uma hora e meia, porque sabemos que são muitos temas. Como precisamos voltar para casa, vamos aproveitar o máximo que puder. O importante da sessão de hoje é que temos, aqui, representantes do Poder Público, das diversas instituições que acabaram de ser convocadas para compor a Mesa e também das instituições da sociedade civil organizada como os grupos Caatinga, Arcas etc.

Está, ali, o nosso companheiro Ronaldo que, daqui a pouco, falará também. Há representantes de sindicatos, associações como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Salvador, o DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. Estão ali os funcionários, também vamos ouvir de vocês que estão na plenária algumas palavras sobre este tema, sobretudo para, ao sair daqui, conhecer um pouco mais os programas, os projetos, as políticas públicas, a fim de que possamos levar para as comunidades, para os nossos grupos de trabalho as atitudes que cada cidadão precisa tomar para cuidar mais e melhor do nosso planeta terra.

Queremos viver com dignidade uma vida longa e saudável. Portanto, nada mais justo e necessário que nos cuidar bem. Sabemos que os cientistas desenvolvem pesquisas, trabalhos importantes para o nosso conhecimento, desenvolvem também tecnologias. Mas nada será aproveitado se cada um de nós não praticar com muita determinação aquilo que é



preciso ser feito cada dia pela manhã quando acordamos, e à noite, seja com energia, seja com as florestas, de modo especial, com a água, porque sem água não temos vida.

Vamos convocar o nosso diretor Luís Henrique para tratar deste tema água.



1076-I

Ses. Esp. 02/06/11

Or. Luís Henrique

Discutir temáticas relacionadas ao Meio Ambiente, destacando a comemoração do Dia Mundial da Água e o Combate à Desertificação.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Vamos convocar para fazer uso da palavra o nosso diretor Luís Henrique, do INEMA, para tratar exatamente deste tema água.

O Sr. LUÍS HENRIQUE:- Boa-tarde a todos e a todas.

Cumprimento o Exm^o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Nilo, em nome da deputada Fátima Nunes.

Reafirmo ser um prazer muito grande estar aqui debatendo este importante tema, a água. O diretor-geral do Inema, essa nova instituição que, na verdade, é resultado da fusão de duas autarquias, dois institutos, uma que cuidava da gestão de recursos hídricos, a outra que cuidava da gestão ambiental. Agora estão integradas no Inema – Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Então o diretor-geral Júlio Mota pediu-me para estar aqui representando-o para falar um pouco da importância da política estadual de recursos hídricos.

A água - esse elemento extremamente importante para a nossa sobrevivência, para as nossas atividades sociais, culturais, econômicas, merece toda uma atenção especial, deputada Fátima. Então, particularmente, agradeço o convite para estar trazendo para a Assembleia Legislativa essa discussão sobre a água.

É muito interessante pontuar a água sob dois pontos de vista. A água – elemento da natureza, ou seja, a água como elemento da biodiversidade, que compõe o recurso ambiental extremamente importante para a humanidade, para o nosso ecossistema. E a água com outra conotação - elemento muito importante para o desenvolvimento social, econômico e cultural do nosso Estado, do nosso País.

Enfim, é importante diferenciar, pois o País optou por duas políticas públicas extremamente importantes. A política do meio ambiente, desde 1981, em que água se insere como elemento, sem dúvida, ambiental de grande importância. E, recentemente, de 1997 para cá, a política nacional de recursos hídricos.



E aí vem a dúvida: se a água é meio ambiente, por que o País optou, portanto o nosso Estado também, em criar a política nacional de recursos hídricos? Ora, a dificuldade do acesso à água e a importância da água para o desenvolvimento social do nosso País é tão grande e, ao mesmo tempo, é tão complexa. O acesso e a regulação do uso da água, ou seja, como controlaremos o acesso à água dos nossos rios, dos nossos aquíferos, dos nossos lagos e lagoas? Alguém precisa fazer isso, porque senão, vamos acabar numa disputa muito grande. E essa disputa envolve tanto questões sociais como questões econômicas. E deu-se conta, desde a nova Constituição, em 1988 de que havia necessidade de uma política pública específica para que se construíssem critérios sociais, econômicos, ambientais no sentido de se permitir o acesso à água.

Daí a grande importância de se ter duas políticas no País. Ambas importantes e complementares no que diz respeito à água. Uma tratando-a como componente do meio ambiente; a outra tratando-a como um elemento extremamente importante para o desenvolvimento social de nosso País, de nosso Estado.

Essa diferenciação nós trazemos para que seja esclarecida a existência de duas políticas públicas, extremamente importantes no Estado e no nosso País.

Nesse sentido, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos aqui da Bahia, o Inema, essa nova instituição, agrega duas políticas importantes, que são a de meio ambiente e a de recursos hídricos, para que coloquemos isso no contexto da sociedade e , assim, a água esteja na discussão do contexto da sociedade, considerando, inclusive, que o nosso Estado da Bahia, possui em torno de 68, 69% do seu território no Semiárido.

Isso é outra coisa bastante importante, e há a necessidade de uma instituição que se preocupe com isso, que planeje, que faça a regulação da água em uma região onde há escassez hídrica muito grande. Obviamente é um esforço coletivo com outras instituições que possam promover, através de obras de infraestrutura hídrica, como temos o caso aqui das nossas irmãs Embasa e CERB, de dotar, de fato tirar a água, levando-a para uma comunidade dentro duma região onde há uma escassez hídrica muito grande.

Essa é uma tarefa extremamente importante para a nossa Bahia, porque não vamos conseguir trazer o desenvolvimento social ao nosso Estado se não entendermos a importância



da água, principalmente no âmbito do nosso semiárido. Enfim, o Inema está disposto a dialogar com a sociedade para que entendamos o papel da água nesse sentido.

Então agradecemos o convite, reforçando mais uma vez a importância do tema para a nossa comunidade.

Muito obrigado. (Palmas!)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Continuamos o assunto agradecendo ao Dr. Luiz Henrique. Sei que dessa fala, certamente, vamos pegar para distribuir entre o nosso público todo o material sobre essas duas políticas que ele citou: a do acesso e a da regulação. E com esta também, sem dúvida, preservaremos um pouco mais a nossa riqueza.

(Não foi revisto pelo orador.)



1077-I

Ses. Esp. 02/06/11

Or^a. Ana Paula Leal

Discutir temáticas relacionadas ao Meio Ambiente, destacando a comemoração do Dia Mundial da Água e o Combate à Desertificação.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Vamos passar a palavra agora para a Dr^a Ana Paula Leal, superintendente da Embasa.

A Sr^a ANA PAULA LEAL:- Boa-tarde a todos.

Em nome da proponente desta sessão, deputada Fátima Nunes, eu saúdo todos os membros da Mesa e todo o Plenário. Queria também registrar e destacar a importância deste evento, pois essas reuniões e assembleias estão sendo promovidas no sentido de subsidiar, enriquecer as discussões e criar um momento para também ouvirmos as demandas da sociedade.

No âmbito da Embasa, como executora da política de saneamento estadual, temos a missão de universalizá-lo fornecendo água em quantidade e qualidade à população para assim garantir aqueles benefícios que já conhecemos às condições de saúde.

Dentro desse rol de atuação, a empresa vem tendo não só simplesmente a atenção em realizar obras, mas também em suas ações, tanto nas obras de saneamento quanto na operação dos seus sistemas, vem atuando progressivamente, quer dizer, procurando crescer no compromisso da preservação do bem maior deste recurso natural, a água, pois sem ela não existiria a própria Embasa nem a vida.

Então, vou destacar algumas ações básicas nas quais ela já atua corporativamente e em parceria também com órgãos como o Inema, o próprio Instituto do Meio Ambiente. Há ainda os programas de matas ciliares, nos quais atua internamente e que fazem parte de metas corporativas.

Cada vez mais, a Empresa Baiana de Água e Saneamento tem ações de recuperação nessas matas visando a preservar esses corpos hídricos. Há outras metas que se vem perseguindo, e uma delas tem relação com o tratamento e lançamento de efluentes também em qualidade compatível com o que tais corpos têm condição de receber. A própria



implantação dos nossos sistemas igualmente vem acompanhada de ações de educação ambiental visando ao uso racional da água, tem assento em diversos conselhos gestores de unidades de conservação, comitês de bacias, conselhos, enfim, e, aí, dessa forma, se inserindo e procurando estar à disposição para ouvir as demandas e levá-las para a empresa para discutir e, assim, digamos, estar presente em todas as discussões.

Então, mais uma vez, queria reforçar, em nome do presidente Abelardo, que estamos aqui para continuar participando, ouvindo as demandas e inserindo nos programas e na área de atuação da Embasa essas demandas que, porventura, venham aí.

Obrigada.

(Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



1078-I

Ses. Esp. 02/06/11

Or. Marcelo Henrique

Discutir temáticas relacionadas ao Meio Ambiente, destacando a comemoração do Dia Mundial da Água e o Combate à Desertificação.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Gostaria de registrar a presença do deputado Marcelino Galo, já foi registrada pelo nosso presidente, mas reforçar aqui e também dizer que, se quiser fazer uso da palavra, porque, à tarde, temos muitas audiências, então, se precisar dar uma palavrinha, estamos à disposição. Deputado Álvaro Gomes, também, muito obrigada pela presença.

Vamos ouvir o Dr. Marcelo Henrique, promotor e coordenador da Promotoria de Meio Ambiente.

O Sr. MARCELO HENRIQUE:- Em nome da proponente da sessão, deputada Fátima Nunes, saúdo todos os componentes da Mesa, os deputados estaduais aqui presentes, o público em geral, todos a quem interesse este tema.

Antes de mais nada, gostaria de parabenizar pela realização desta sessão especial, um tema bastante importante, se não for primordial, hoje, quando discutimos meio ambiente, e dar aqui a contribuição do Ministério Público, o relato do Ministério Público, como ele vê essa situação, hoje, não só no Estado da Bahia como em todo o Brasil e, talvez, em todo o mundo. A situação da água é uma situação bastante preocupante.

Hoje, no Ministério Público, quando discutimos a água, temos uma pergunta que é o tema-chave, quando vamos discutir, partimos de uma pergunta: do jeito que está, haverá água no futuro para todos? Haverá água disponível para todos? E não adianta termos, e isso é importante pontuar, já foi falado aqui pelo representante do Inema, que me antecedeu, uma legislação que seja uma das melhores do mundo se, na verdade, não a colocarmos em prática, na prática, se não exercermos todos aqueles instrumentos que temos para fazer com que sejam efetivamente protegidos os recursos hídricos de que dispomos.

E como bem disse a presidente da sessão, deputada Fátima Nunes, temos aqui representantes do Estado, várias instituições, e da comunidade, da sociedade, porque é



primordial essa junção de esforços, porque, muitas vezes, temos em mente, há no imaginário das pessoas que o grande problema da água seja a escassez, seja por problemas geológicos, seja por escassez de chuva e seja, muitas vezes, tão somente pelo processo de industrialização. Em relação a essa problemática da água, temos o problema do uso inadequado das águas pelas populações, inclusive populações tradicionais, e o desmatamento que tanto impacta esse recursos hídrico.

Só para finalizar, do ano passado para este ano, ficamos muito preocupados em relação a diagnosticar vários conflitos de água no interior da Bahia. Conflitos de água já existem, situações de violência pela disputa da água já existem, muitas vezes, são isoladas, por isso não vêm à tona e, por ser um bem extremamente importante, o Ministério Público resolveu criar uma Câmara Temática de Água, temos uma câmara temática chamada água no Ministério Público, composta por um promotor de Justiça e alguns de nossos servidores, analistas ambientais e técnicos, para discutir a melhor forma do MP contribuir com essa temática; como trabalhar junto com a população, com a fiscalização; como combater os crimes ambientais que estão impactando esse recurso tão primordial; e como trabalhar em parceria com as outras instituições.

Dando um passo mais adiante, o Ministério Público está criando as promotorias de Justiça regionais. Vamos ter promotores regionais ambientais abrangendo todo um território, porque se formos trabalhar, como estamos trabalhando, tradicionalmente no Ministério Público, com um promotor em cada Comarca, isoladamente, não conseguiremos dar efetividade à defesa do meio ambiente.

Sete promotores de Justiça tomaram posse nas regionais na sexta-feira passada. Estamos com uma previsão de 20 promotores de Justiça nas regionais e deveremos ter todo o território da Bahia atendido por promotores de Justiça regionais.

Teremos de trabalhar, agora, o meio ambiente de forma territorial, regionalizada, de forma resolutiva e proativa com a sociedade, senão seremos atropelados pela história. Temos de rever a forma de atuação do Ministério Público para fazer frente aos novos desafios desse século.



Então, basicamente, era esse o relato que eu queria passara aqui. Colocamo-nos à disposição de todos os presentes, das instituições e desta Casa Legislativa, que tem muito que contribuir, pois sua parcela é essencial. Por isso fico muito feliz em estar aqui, discutindo na Casa Legislativa do Estado da Bahia esse tema de tão grande importância.

Estou-me colocando à disposição, e também todo o Ministério Público, no que puder contribuir com esse tema. Eu agradeço por estar aqui hoje. (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Muito obrigada, Dr. Marcelo Henrique. A sua contribuição foi importantíssima, ainda mais com essa boa notícia de que haverá a nomeação de mais promotores para a nossa Bahia. Isso também nos ajuda muito, pois sabemos o quanto é importante o trabalho da Promotoria junto à comunidade, junto à sociedade.

(Não foi revisto pelo orador.)



1079-I

Ses. Esp. 02/06/11

Or. Jorge Luís Guenna

Discutir temáticas relacionadas ao Meio Ambiente, destacando a comemoração do Dia Mundial da Água e o Combate à Desertificação.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Convido o Dr. Jorge Guenna, que é da Assembleia Legislativa. Uma brilhante experiência que a Assembleia Legislativa vem desenvolvendo, juntamente com seus funcionários, denomina-se Reciclalba.

Com a palavra o Dr. Jorge Guenna, que falará a respeito desse trabalho.

O Sr. JORGE GUENNA:- Boa-tarde a todos. Quero saudar toda a Mesa na pessoa da deputada Fátima Nunes. Vim falar um pouco sobre o Programa Reciclalba, que é o programa de coleta seletiva da Assembleia Legislativa da Bahia.

Esse programa tem 11 anos e consiste em coletarmos jornais, revistas, garrafas plásticas em todas as unidades da Casa. A coleta é feita pelos funcionários da Casa. Depois vendemos esses materiais e a renda é revertida no treinamento dos dependentes dos empregados da Casa e também dos terceirizados.

Durante esses 11 anos, já treinamos 1.084 dependentes de empregados da Casa. Já arrecadamos R\$ 21.429,00 coletando esses materiais, poupamos 3.564 árvores de serem derrubadas, e também 535m³ de aterro sanitário foram economizados.

Este ano já fizemos um treinamento de Locução para dependentes de empregados e há uma programação de Cinegrafista para os dias 7 a 9 de junho; Vitrinismo, dias 19 a 21 de julho; Vendas e Atendimento a Clientes, dias 2 a 4 de agosto; e Corte e Costura para Iniciantes, dias 22 de agosto a 1º de setembro.

Gostaria de lembrar também que no ano passado inscrevemos esse programa no Prêmio Boas Práticas de Serviço Público do Governo Estado da Bahia no qual, entre cento e poucos trabalhos, nós ficamos entre os 10 melhores colocados.

E gostaria de colocar nossa equipe, nossa coordenação, à disposição de todos vocês, caso queiram melhores informações sobre o trabalho da comissão do programa Reciclalba.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1080-I

Ses. Esp. 02/06/11

Or. Major Machado

Discutir temáticas relacionadas ao Meio Ambiente, destacando a comemoração do Dia Mundial da Água e o Combate à Desertificação.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Obrigado, Dr. Jorge Guinna.

Atualizando os nossos conhecimentos, ouvindo essas experiências, certamente isso irá motivar os nossos condomínios, as nossas comunidades, também a realizar trabalhos importantes, porque sem a atitude de cada cidadão o meio ambiente não melhora.

Vamos convidar para fazer parte da Mesa o Sr. Adilson Bonfim Souza de Aquino, diretor do Sindae – Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto do Estado da Bahia. (Palmas)

Vamos passar a palavra ao Major Machado, representante do Comandante-Geral Cel. Castro.

O Sr. MAJOR MACHADO:- Exm^a Sr^a Deputada estadual Fátima Nunes, em nome de quem saúdo toda essa seleta Mesa; amigo deputado Marcelino Galo que conheci quando trabalhava no gabinete do governador, é um prazer revê-lo; grande amigo da Faculdade de Psicologia, deputado Álvaro Gomes; minhas senhoras, meus senhores, fico muito feliz, na verdade, quando vejo iniciativas como esta para discutirmos algo que diz respeito à nossa vida e à de futuras gerações como a questão da água. A Polícia Militar se sente distinguida em poder estar aqui neste momento.

Triste somente eu fico, deputada, quando nós, infelizmente, deparamo-nos com algumas pessoas que não entendem a importância do meio ambiente, a preservação de recursos que são encarregados da nossa vida como a água.

Recentemente meus policiais militares depararam-se com uma situação, para mim, inusitada. Numa cidade do nosso Estado, e isso não aconteceu só com essa pessoa, mas, enfim, ela pegou uma nascente e a colocou dentro de um hotel fazenda de sua propriedade, essa nascente acabava jogando água para a piscina desse hotel-fazenda. Nós tomamos medidas de imediato. O Ministério Público tomou conhecimento, medidas foram adotadas



para que isso deixasse de acontecer, um crime patente em nosso Estado, um crime contra as nossas vidas.

Então vejam a que nível de despojamento a pessoa pode ir. E isso, infelizmente, não é uma prática única, ainda vem acontecendo e é alvo de grande tristeza para nós.

Mas eu quero dizer que fico muito feliz quando vejo a participação popular, porque vemos que esse é o único, verdadeiro e legítimo instrumento que temos para coibir esse tipo de ação.

Infelizmente, no passado, realizamos a prisão de mais de 2 centenas de pessoas no Estado a Bahia por cometerem crimes ambientais. Este ano já estamos chegando a uma centena de pessoas por cometerem crimes das mais diversas formas, seja por desmatamento, seja pesca com explosivos e por aí vai, mas eu acredito na participação do povo. Isso é que é importante.

Quero dar uma notícia, dizer que, em janeiro de 2009, o governo do Estado criou mais duas Companhias Independentes de Polícia e Proteção Ambiental; elas ainda estão sendo arrumadas para que possam ser levadas a efeito e comecem a funcionar, mas já estão sendo dotadas de logística para isso, o que vai melhorar a fiscalização também em nosso Estado, porque, como disse, infelizmente, nem todas as pessoas ainda entendem a importância disso para as suas vidas e das futuras gerações.

Portanto quero deixar o abraço do Comandante-Geral Cel. Castro e dizer que estamos empenhados de corpo e alma nessa causa tão importante que é a defesa da vida no meio ambiente.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1081-I

Ses. Esp. 02/06/11

Or. Bento Ribeiro

Discutir temáticas relacionadas ao Meio Ambiente, destacando a comemoração do Dia Mundial da Água e o Combate à Desertificação.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Obrigada, major Machado.

Estamos nesse primeiro momento da sessão, tratando mais da questão água e depois iremos para o combate à desertificação.

Quero aproveitar esta oportunidade enquanto o outro orador, que já se prepara ali, o Dr. Bento, da Cerb; mas quero registrar a presença de Ronaldo Santos, coordenador técnico da Arcas – Associação Regional de Convivência com o Semiárido, que veio acompanhado por Djalma; Robson Mendes, que é funcionário das Obras Sociais de Irmã Dulce; Analdino Damasceno, secretário de Infraestrutura de Itiúba; Francisca Ferreira dos Santos, diretora de Proteção Básica do Desenvolvimento Social, de Jaguarari; Osmilton da Silva, secretário de Agricultura do Município de Cansanção. São muitas as pessoas que estão presentes das diversas instituições, vou registrando aqui aos poucos. As duas autoridades maiores, estadual e federal, usarão a palavra por último, vou dar esse trabalho a eles, o Ibama e a Sema, é o ofício que nos leva a esta missão.

Com a palavra o Dr. Bento, diretor presidente da Cerb.

O Sr. BENTO RIBEIRO:- Boa tarde a todas e todos, quero agradecer o honroso convite para participar desta sessão especial no dia de hoje, e aproveito a oportunidade para cumprimentar a nobre deputada Fátima Nunes, em nome de quem estendo os meus cumprimentos a todos na Mesa.

Minhas senhoras e meus senhores, como eu disse, é com muita honra, com muita satisfação, que estou aqui no dia de hoje para tratar desse assunto de tão relevante importância para todos nós. Aqui represento uma empresa, a Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia – que tem a função precípua de levar água para as pessoas, um bem essencial para a sobrevivência de todos nós. Somos uma empresa estatal que tem a função primordial de levar abastecimento de água para as pessoas no meio rural,



muito embora também atuemos em algumas ocasiões, em alguns casos específicos para as áreas urbanas. Mas nosso foco de atuação principalmente se dá para levar abastecimento em quantidade e em qualidade para as populações rurais.

Além disso, além de trabalharmos especificamente com a construção de sistemas de abastecimentos rurais, nós também temos a função de cuidar, de operar e de manter as grandes barragens construídas por ação direta do governo do Estado. E temos também ultimamente acampado um novo desafio, que é atuar na área de preservação da Bacia do São Francisco.

Então, começamos a atuar há aproximadamente 1 ano e meio nesse segmento para, vamos dizer assim, fortalecer as ações de revitalização do Velho Chico. Além disso, nós temos tido uma preocupação para fazer com que a água que nós buscamos no meio ambiente, na natureza, possa chegar de forma qualificada para as populações que a requerem. E fazemos isso para que as populações rurais, principalmente, a tenham com a qualidade e com a quantidade que as populações urbanas assim também a recebem. Porque a nossa preocupação é fazer com que as pessoas recebam água segura, água que tenha saúde, que leve saúde às pessoas. Não é fazer apenas com que a água chegue, mas sem a preocupação da saúde que se leva através dela.

As nossas ações têm se estendido por todas as áreas do Estado da Bahia, o nosso manancial principal é o manancial subterrâneo. Nós fazemos a captação dessas águas através de poços tubulares e a partir deles construímos os sistemas de abastecimentos que levam água às populações. Essas ações se dão no âmbito do Programa Água para Todos, que é um programa implantado pelo governo do Estado da Bahia que busca ampliar a cobertura do abastecimento para toda a população.

Sabemos que, pelo tamanho e pelo desafio, nós já fizemos muito e ainda temos muito a fazer, porque o nosso estado é muito extenso e a cobertura ainda é muito pequena. Temos um desafio muito grande pela frente para fazer com que todos os baianos, no mais longínquo local do estado, possam ter acesso à água em quantidade e em qualidade para sua sobrevivência e para uma vida digna.



Então esse é o nosso papel e é um grande desafio, mas um desafio que não é só da empresa, mas de todos. Nós todos temos de estar preocupados em estender o acesso Água para Todos; mas não só o acesso, precisamos fazer com que essa água chegue qualificada. Devemos também ter cuidado com o recurso, ou seja, devemos preservar, devemos usar com sabedoria, devemos usar de forma a que não desperdicemos um bem primordial para todos nós.

Deputada Fátima Nunes, me sinto honrado em participar desta sessão na tarde de hoje. E me coloco à disposição para qualquer tipo de informação adicional e como também coloco a nossa companhia – Cerb – também à disposição desta Casa, de todo o estado da Bahia e de toda a população baiana que é a principal merecedora e o objeto principal da nossa ação.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. 02/06/11

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Quero registrar também que convidamos para esta sessão um fotógrafo de Canudos que está expondo, na entrada do Plenário, o seu trabalho fotográfico que retrata o nosso semiárido e como vamos tratar desse tema, porque quando se fala em combate à desertificação, já sabemos como anda o nosso sertão por aí afora. Então é muito importante prestigiarmos o trabalho do nosso artista e, sobretudo, conhecer a beleza e a riqueza do nosso sertão para que possamos preservar. (Palmas)

Quero registrar a presença de todos os funcionários de órgãos públicos representantes de Sema, Secretaria de Educação, Secretaria de Ciência e Tecnologia. São muitas as pessoas e vou deixando aqui para ver se conseguimos dar tempo a todos.

Quero agradecer também a todas companheiras e coordenadores do MST e do MSTs. Certamente, alguns que já receberam a sua moradia popular. Outros já estão na fila e vão levar consigo essa preocupação de como consumir bem, mas com redução, a nossa água.

Na oportunidade, parabenizo a Embasa que tem feito um trabalho muito profícuo nessa área da preservação, inclusive, com a divisão dos hidrômetros, os quais têm causado alguma polêmica, alguns síndicos de condomínios, até mesmo agrupamentos não ficam satisfeitos. Mas, na verdade, eu acredito ser esta uma forma mais justa. Por exemplo, não é justo eu ter 10 pessoas na minha residência e pagar o mesmo valor daquela senhora que é minha vizinha e mora sozinha. Além de ser um critério de justiça, é também um critério de economia, porque sabemos que quando a conta bate no bolso, a gente cuida mais e melhor.

Parabéns à Embasa por este jeito de trabalhar a gestão da água.



1082-I

Ses. Esp. 02/06/11

Or. Newton Freire

Discutir temáticas relacionadas ao Meio Ambiente, destacando a comemoração do Dia Mundial da Água e o Combate à Desertificação.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Quero convidar para a sua apresentação o Dr. Newton. Ele já trabalhou na Sedes e é um grande colaborador e construtor do Programa Um Milhão de Cisternas. Hoje, está em outra função, mas, com o conhecimento que tem desse programa valioso para o Semiárido baiano, poderá nos relatar sua experiência.

Com a palavra o Dr. Newton.

O Sr. NEWTON FREIRE:- Boa-tarde a todos e a todas presentes a este debate. Para alguns, esta discussão tem 30 anos; para outros, 30 minutos. Mas é um tema que não se esgotará em uma, duas, nem três sessões, porque, na verdade, vamos construindo esse debate durante toda a nossa vida.

Primeiro, acho que temos de colocar aqui como a água é vista pelas pessoas, pelos governantes e pelos empresários. Para a população e para as pessoas pobres, a água é a vida e não tem nada a ver com recursos hídricos. As pessoas não bebem nem comem recursos hídricos. Elas bebem água e a usam para cozinhar.

Nós que viemos dos movimentos populares e de base não gostamos que se chame água de recursos hídricos. A água é vida. Se é vida, não pode ser uma coisa que sirva para se acumular.

Há uma outra questão. Quando se fala em Semiárido, sempre pensamos no pé de mandacaru seco e em uma vaca morta com um bocado de urubus rodando. Esquece-se de que os grandes rios do nosso Estado nascem justamente naquela região. Por exemplo, o Paraguaçu nasce em Andaraí; o Itapicuru, em Jacobina. As suas nascentes estão lá.

Na verdade, é como em nossa sociedade, onde se nasce não se cresce. Quem planta não colhe. Quem trabalha não ganha dinheiro, porque não tem tempo para isso. A mesma coisa é com o Semiárido, ou seja, é tida como a região pobre dos coitadinhos, mas, na verdade, é a região que fornece a riqueza para o restante do Estado. (Palmas)



Quero lembrar também que essa energia que estamos utilizando aqui vem, provavelmente, do Semiárido, ou seja, do Rio São Francisco, em Paulo Afonso.

Tenho uma foto, que me foi presenteada por Dom José Rodrigues, bispo de Juazeiro, que é interessantíssima. Nela, há um cara com um candeeiro embaixo de uma torre da CHESF, no sertão do São Francisco. É só para tentar situar as coisas.

A deputada Fátima Nunes falou do Programa Um Milhão de Cisternas. No início, ela ajudou bastante na elaboração desse projeto, discutindo muito conosco. O que foi a origem desse projeto? Alguns que moram no sertão ou trabalhavam lá naquela época, entre 1993-94, lembram-se da grande seca que abateu o Semiárido com a estiagem.

Ficamos chocados com a batida do avião nos Estados Unidos que matou 3 mil pessoas. Mas nós não nos mostramos tão chocados – e também não foram tão divulgadas assim – com a morte de 600 mil nordestinos vítimas da estiagem naquele período de 1993-94. Ou seja, morreram várias “Torres Gêmeas”. Para nós foi normal, pois ninguém discutiu, não foi colocado nas manchetes, não mataram o causador dessa estiagem 10 anos depois. Já se passaram quase 20 anos e ninguém matou o causador daquela estiagem.

Pensando nisso, nós sentimos, numa discussão em Recife com todas as representações dos trabalhadores, que a necessidade número um das famílias era a água. Para quem não tem essa informação, a água sem tratamento, sem qualidade, a água que está no açude, na lama, como dizem, é responsável por seis internações hospitalares, ou seja, em cada dez pessoas que estão internadas nos hospitais, seis estão lá porque não têm água tratada nem saneamento básico.

Pensando nisso, começamos a imaginar como sair disso. A Caritas tinha um projeto de 500 mil cisternas para apresentar ao governo em 1994. Numa discussão, vimos que um milhão de famílias no sertão precisavam de água, não só 500 mil famílias.

Apresentamos o rascunho do projeto ao então Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, que queria financiar para nós 500 cisternas. Fomos com o projeto de um milhão e ele nos ofereceu 500 cisternas. Dissemos, então, a ele: “O senhor financia as 500 cisternas e nos dá o dinheiro para fazermos a mobilização em todo o sertão do Brasil, para poder desenvolver esse projeto”. Não foi, Fátima? Pegamos essas 500 cisternas, embora



precisássemos de um milhão. A primeira cisterna está no município de Juazeiro e a segunda, no município de Serrinha.

Chegamos em 2004, quando o governo Lula, dentro do programa Fome Zero, começou a apoiar as organizações da sociedade civil e, hoje, graças a esse incentivo dado pelo governo federal a partir de 2003 e, em parte, ao engajamento do governo estadual a partir de 2007, temos, na Bahia, 140 mil cisternas construídas. A previsão é de, até 2014, construir mais duzentas mil cisternas, fechando a necessidade do Estado que seria de 330 mil cisternas.

Quero, sem puxar o saco, mas falando a verdade, dizer que até 2007 o Estado da Bahia havia construído 1.100 cisternas. Hoje, 4 anos depois, tem 49 mil cisternas construídas. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-03

Ses. Esp. 02/05/11

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Obrigada, Newton.

É muito importante perceber. Nós que estamos no sertão temos uma alegria imensa quando vamos visitar ou fazer uma reunião numa casa e as pessoas dizem, principalmente as mulheres: “Deputada, a minha maior satisfação, hoje, é não mais precisar andar com a lata d’água na cabeça”.

Para quem tem água na torneira, ou já tinha há bastante tempo, não significa muito, mas para nós de Cansanção, de Itiúba, de Jaguarari, de Cícero Dantas, de Novo Triunfo, de Chorrochó, de Coronel João Sá, dessas regiões mais distantes, sempre esquecidas pelas políticas públicas da Bahia, Adustina, Canudos, Jeremoabo, Tucano, significa muito.

Uma coisa importante é que tínhamos o DNOCS, um órgão criado há 100 anos, Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, imaginem o nome. Já se pensou em transformar em “Convivência”. Quando eu estive na direção, com Dr. Eudoro, diretor-geral, pensamos nisso várias vezes, mas permaneceu o “de Combate à Seca”. Pelos estudos, pelos projetos guardados nos arquivos, se nesses 100 anos tivessem tomado providências relativas ao que tem lá, pensado quanto aos açudes, barragens, como canta Luiz Gonzaga, certamente não estaríamos, ainda, batendo palmas e nos alegrando com as cisternas de 16 mil litros, nos alegraríamos com outras coisas mais, mas isso ainda é necessário e vamos ter certeza que enquanto não tivermos concluído as cisternas em todas as residências rurais não ficaremos satisfeitos.

Mas, preciso dar a palavra para os que vieram nos ajudar aqui na sessão. Já registrei as presenças das pessoas do NSTS; dona Célia, da Alba; do assessor do deputado Rui Costa; Dr Rudimar Mota, assessor da Cerb; Antônimo Carlos, funcionário público da Segurança Pública e temos um grupo grande de pessoas que vieram dos três órgãos que estão na coordenação do Inema, que estão presentes. Quero também convidar para fazer parte da mesa o coordenador do Grupo Caatinga, que está conosco.



1083-I

Ses. Esp. 02/06/11

Or. Luís de Lima

Discutir temáticas relacionadas ao Meio Ambiente, destacando a comemoração do Dia Mundial da Água e o Combate à Desertificação.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes): - Com a palavra o Sr. Luís de Lima Barbosa, que vai apresentar o programa de combate à desertificação.

O Sr. LUÍS DE LIMA:- Boa-tarde a todos, quero cumprimentar a Mesa na pessoa da deputada Fátima Nunes. Os esforços de combate à desertificação no Estado da Bahia vem do esforço do governo brasileiro a partir do compromisso que este assumiu com a convenção das Nações Unidas de combate à desertificação e mitigação aos efeitos da seca. O fenômeno da desertificação é mundial, não é exclusivo do nosso Semiárido nordestino e baiano e, na verdade, se formos pegar seu conceito, é um fenômeno natural. Dizemos isso com base em alguns desertos importantes e de destaque no mundo como o Saara, no Norte da África, também aqui na América do Sul, o deserto do Atacama localizado no Chile e o de Gobi, na Ásia, etc.

Mas no caso do Semiárido nordestino o processo de desertificação não é necessariamente um fenômeno tão natural. Na verdade existe uma ação forte do homem sobre o ambiente, que tem acelerado o processo. Nesse sentido, o governo do Estado, a partir do compromisso com o governo brasileiro e com a convenção das Nações Unidas de combate à desertificação partiu para a criação de um programa de ação estadual de combate à desertificação e mitigação aos efeitos da seca, que a gente abrevia como PAE – Ba.

Então, o que é desertificação? A partir do conceito das Nações Unidas sobre o fenômeno e da convenção que foi estabelecida em 94 e o governo brasileiro validou em 1997, é a degradação das terras nas zonas áridas, semiáridas e sub-úmidas, secas. No caso do Brasil temos basicamente regiões semiáridas e sub-úmidas secas, áridas não temos, e esse processo de degradação é resultante de vários fatores, incluindo variabilidade da mudança do clima, que também é um fator que interfere sensivelmente no processo de desertificação, mas particularmente nas ações do homem sobre esse ambiente.



Alguns estudos têm atribuído a desertificação a algumas causas, dentre elas a retirada da cobertura vegetal, ou seja, o desmatamento da Caatinga, que aliás temos sérios problemas porque estamos afetando um bioma único, que só existe no Brasil, que é a mata branca ou caatinga. É um bioma que ainda precisa ser bem estudado e conhecido pelo potencial e riqueza que tem. Não só pela riqueza natural do ambiente, mas pelo que se traduz a partir da convivência do homem, do catingueiro e da catingueira, nesse ambiente, que se revela na cultura do povo nordestino.

Outra ação que também interfere no processo de desertificação são as atividades pecuárias que levam ao sobre pastoreio, o uso excessivo de uma área pelo pisoteio do gado.

Há outra atividade, a mineradora de baixa tecnologia, que promove processos de arenização e desertificação dessas áreas.

Há cultivos agrícolas, principalmente no entorno de nascentes, com destruição das mesmas, e margens de rios.

Existe, também, o uso do fogo de forma descontrolada no ambiente. Já estamos quente e o fogo tem um potencial de destruição da microbiologia do solo.

Há o manejo inadequado do solo e também da água.

Por fim, há a pressão populacional sobre essas áreas.

Em nosso caso, o Estado da Bahia, estamos falando de uma área considerada como suscetível à desertificação que abrange 289 municípios. Isso não quer dizer que já temos áreas desertificadas no Estado da Bahia. Existem alguns focos que estão sendo estudados. A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) tem feito alguns estudos em áreas específicas para identificar se já existe, realmente, um foco ou núcleo de desertificação.

No Semiárido nordestino já foram identificados quatro núcleos de desertificação: em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí e Ceará. Mas na Bahia ainda não há a confirmação disso.

Entretanto, os estudos têm apontado para a necessidade de uma atenção maior com relação a essas áreas nesses 289 municípios baianos que correspondem a, praticamente, 490 mil quilômetros quadrados ou quase 87% do território da Bahia. Esses dados são do Censo



de 2001, e precisam ser atualizados, mas correspondiam a 3,7 milhões de almas vivendo nessas áreas.

A luta contra a desertificação tem um significado importante também para o governo da Bahia, uma vez que estamos falando de uma área extremamente importante para o Estado, pois são quase 87% do território. É uma região que tem potenciais do ponto de vista da produção, dos fatores culturais e das importantes questões relacionadas ao bioma que ali está, ou seja, o bioma caatinga.

Esta imagem é só para mostrar, mais ou menos, a extensão das chamadas áreas suscetíveis ao processo de desertificação no Brasil. A área um pouco mais amarelada é a do Semiárido nordestino. Quero destacar que não são apenas os nove estados do Nordeste que têm áreas suscetíveis à desertificação, mas o norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo também têm áreas suscetíveis a esse mesmo processo de desertificação. Ou seja, a desertificação é um problema importante que precisa ser atacado com seriedade e que afeta o País.

Este é só o recorte em relação ao Nordeste do Brasil. A área mais central, um pouco mais escura, é o Semiárido; no entorno, num tom um pouco mais claro, é a região Subúmida Seca do Nordeste; um pouco mais fora desta área, num tom mais esverdeado, é a área considerada de entorno. Mas, de toda forma, tudo isso é considerado suscetível à desertificação, são mais de 1 milhão de hectares em todo o Nordeste brasileiro.

Agora, um recorte para o Estado da Bahia. A área um pouco mais amarelada corresponde ao Semiárido baiano.

Nesta imagem, não vamos conseguir ver com detalhes. Mas ali temos uma divisão por cada uma dessas regiões: Semiárida, Subúmida Seca e áreas de entorno. O Semiárido baiano corresponde a 189 municípios; no Subúmido Seco está a região de Barreiras, Bom Jesus da Lapa, região mais do Oeste, do cerrado. Ali, são em torno de 107 municípios, e as áreas de entorno, 23, o que totaliza os 289 municípios que estão com suas áreas dentro das chamadas de áreas suscetíveis à desertificação.

No tocante às ações humanas, a comunidade científica tem apontado quatro questões fundamentais para provocar esse processo de desertificação: o sobrecultivo, que



esgota os solos, ou seja, o monocultivo intenso de áreas sem uma rotação adequada desses cultivos, o que esgota os solos e também é um fator potencial para proporcionar um processo de desertificação no Semiárido; o sobrepastoreio, como já mencionei, que destrói a cobertura florestal e compacta o solo; o desmatamento propriamente dito, principalmente em áreas de nascente e margens de rios e também em áreas de preservação permanente; a irrigação inadequada, que leva ao processo de salinização dos solos, tornando, inclusive, esses solos estéreis para o cultivo.

O esforço do governo brasileiro nesse processo, seguindo as orientações da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, criou o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, o chamado PAN-Brasil. Esse programa foi elaborado em conjunto com os 9 estados do Nordeste, mais os estados de Minas e Espírito Santo, atende aos compromissos firmados junto à convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e foi produzido a partir de um processo de escuta à sociedade, mobilizou vários setores para a construção desse programa de ação nacional de combate à desertificação em 2004 e envolve diversos setores e sujeitos sociais, o poder público, a sociedade civil, para definir diretrizes e ações para combater e prevenir o processo de desertificação no País.

O programa nacional possui alguns eixos temáticos, um, de redução de pobreza e desigualdade, que vai exatamente na orientação do atual governo brasileiro, o governo da presidenta Dilma, com relação aos combates à pobreza e, também, do governo do Estado na orientação de combates à pobreza e desigualdade no Estado da Bahia.

Ampliação sustentável da capacidade produtiva, ou seja, para que esses ambientes do Semiárido, de fato, tenham condições de sustentar as populações atuais e futuras. Então, pensar em ações de uso dos recursos de uma forma sustentável e, aí, vamos muito no foco da convivência com o Semiárido, a preservação e a conservação de um ambiente sustentável desses recursos da natureza que existem no Semiárido, e a gestão democrática de fortalecimento institucional.

Fazendo um recorte para o nosso programa estadual de ação de combate à desertificação, o governo da Bahia lançou oficialmente, a partir de um decreto 11.573, de 04



de junho de 2009, o Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no Estado da Bahia. Ao mesmo tempo em que lançou o programa, criou um comitê gestor desse programa, esse decreto cria um comitê gestor, que é composto por diversas instituições do Estado, do governo e também da sociedade civil, cuja função é a elaboração e o acompanhamento para implementação do Plano Estadual de Combate à Desertificação, que derivará desse programa de ação estadual.

A composição do comitê está ali, vou passar rapidamente. Há algumas secretarias de Estado, e eu queria destacar que esse programa se propõe a ser um programa multisetorial, envolvendo diversos setores do governo, agricultura, educação, meio ambiente, saúde, cultura, etc.

A estratégia do programa está definida da seguinte forma: combater a pobreza e as desigualdades sociais, aliadas à recuperação, preservação e conservação dos recursos naturais como elementos norteadores do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação.

A missão desse programa é construir processos de prevenção e combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, onde o governo e a sociedade se engajam no firme propósito de contribuir para a sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental nas chamadas áreas suscetíveis à desertificação no Estado da Bahia.

A visão de futuro do programa é levar qualidade socioambiental para as populações que vivem nesses 289 municípios baianos, através das práticas sustentáveis de convivência com o Semiárido. Este é o foco do programa, convivência com o Semiárido e também a gestão democrática na perspectiva do desenvolvimento local.

Princípios do programa: tem como referência o paradigma da convivência com o Semiárido, a priorização do acesso e da utilização sustentável da água, que é um fator primordial para o desenvolvimento dessas regiões, a prevenção ao processo de desertificação, a participação e o controle social. Quero destacar que na construção desse programa a Bahia se diferencia dos outros estados do Nordeste, pelo menos daqueles que já lançaram os seus programas de ação estadual, como foi o caso do de Pernambuco, o primeiro a lançar o programa, seguido pelos do Rio Grande do Norte e Ceará.



A Bahia deverá ser o quarto a apresentar oficialmente à sociedade o programa de ação estadual, mas o processo aqui foi exaustivamente participativo, desde os diagnósticos feitos em quatro polos considerados críticos no processo de desertificação nessas áreas susceptíveis no Estado.

Trabalhamos com 60 municípios daqueles 269 dentro do polo de Guanambi, Irecê, Jeremoabo e Juazeiro. Isso envolveu mais de 400 representações, tanto do poder público quanto da sociedade. Houve consultas públicas e algumas reuniões do comitê para afinarmos e construirmos de fato o programa.

Ele tem uma atuação estadual, mas busca também focar as realidades locais dentro dessas áreas susceptíveis à desertificação, em primeira instância beneficiando as populações mais vulneráveis nesses locais mais críticos. Objetiva ainda valorizar e respeitar a diversidade de expressões no universo cultural do semiárido baiano. E o que é fundamental: tenta a articulação e integração de políticas públicas. Por isso, o programa se propõe multissetorial.

Os seus eixos estão definidos em sete: o primeiro é focado na educação contextualizada, que é a organização social para a convivência com o Semiárido, ou seja, uma educação que de fato faça a leitura e prepare para a realidade dessa convivência.

O segundo eixo é o da assistência técnica e extensão rural focado na perspectiva da água na ecologia. Existem já diversas experiências no Semiárido que apontam para isso.

O terceiro eixo é o da conservação sustentável deste bioma que é tipicamente brasileiro, só existe aqui: o da caatinga, de uma riqueza extraordinária ainda pouco estudada.

O quarto é o eixo fundamental de acesso e uso racional da água. E aí nos baseamos nas tecnologias sociais desenvolvidas, como foi aqui o caso do Programa Asa, Articulação no Semiárido, que desenvolve um milhão de cisternas. É um tipo de experiência que também vem sendo desenvolvido com outras organizações e parcerias entre o governo e a sociedade civil, caso do Aguadas, um projeto de dessedentação animal e possibilidade de água para produção nas populações do Semiárido. Há ainda o Projeto Água Doce, com dessalinização e também integração social.



Então, a água é um eixo igualmente fundamental neste programa de ações de combate à desertificação.

O quinto eixo é o de integração intrainstitucional e convergência de políticas públicas. Como eu disse, o programa busca fazer a integração de diversas ações de políticas em diversos setores do governo, tais como agricultura, meio ambiente, cultura, educação, saúde, etc.

O sexto eixo é da pesquisa e inovação. Entendemos que convivência com o Semiárido requer e demanda um trabalho mais forte. É um investimento maior do governo do ponto de vista das experiências que a sociedade civil vem desenvolvendo com tecnologias que sejam adaptadas à realidade do semiárido baiano.

E, por fim, o sétimo eixo é o da vulnerabilidade e adaptação às mudanças climáticas, porque nesses momentos em que acontecem elas se tornam um fator que potencializa sobre a ação do homem o processo de desertificação. Precisamos ter uma atenção especial a isso.

Corri, mas foi pra dar tempo para o nosso debate.

Muito obrigado.(Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)



1084-I

Ses. Esp. 02/06/11

Or. Marcelino Galo

Discutir temáticas relacionadas ao Meio Ambiente, destacando a comemoração do Dia Mundial da Água e o Combate à Desertificação.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Muito obrigada, Luís. Aqui estamos tendo material suficiente para estudar e debater.

Temos dois deputados presentes. Passo a palavra ao deputado Marcelino Galo. Seja bem-vindo à tribuna. Estamos sempre alternando para dar espaço a todos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Quero cumprimentar a nobre deputada Fátima Nunes por esta iniciativa muito importante, principalmente pela carência dum debate de profundidade como este.

Hoje foi um dia extremamente feliz, porque pela manhã aconteceu um debate, também convocado pela Comissão de Meio Ambiente, sobre as matrizes energéticas, quando esteve presente o professor Pinguelli Rosa. E, agora, pela tarde, esta sessão.

Os debates que vinham sendo feitos aqui eram muito superficiais, inclusive sobre a relação a que isso tem com uma discussão que está, hoje, na conjuntura, que é central: o Código Florestal Brasileiro.

A água vem da natureza. Portanto, é preciso preservar os elementos que a deixam permanecer com qualidade. Vivemos em um País que é o maior consumidor de agrotóxico do mundo. Esse é o modelo agrícola hegemônico: o agronegócio. Cada brasileiro come 6,2 quilos de agrotóxico, cada pessoa come isso. Então, os resíduos tóxicos vão contaminar as águas. Os estudos demonstram que já há um processo avançado de desertificação existente aqui, na Bahia, com 400 hectares de desertos. E esses desertos são oriundos, justamente...

Foi registrado pelo representante do Ministério Público a questão da legislação moderna, mas essa legislação já vem sendo envelhecida. Se for aprovado esse novo Código Florestal teremos um desastre no meio ambiente, porque foi um código produzido para servir a um setor da economia, ao agronegócio, que tem esse modelo. (Palmas)

Então, o que acontece?



Está previsto no código que será extinta a exigência de reserva florestal ou áreas de preservação permanente, principalmente as áreas de matas ciliares serão diminuídas. E lá é onde acontece a contenção dos resíduos sólidos e dos agrotóxicos. E as áreas de reserva legal serão extintas em 80% das propriedades, porque há uma estrutura fundiária de concentração brutal em que 1% dos proprietários detém 46% das áreas. Então, o que sobra são pequenas propriedades. E ainda há a possibilidade dos grandes proprietários fracionarem suas propriedades para poderem acabar com essas áreas.

Outra possibilidade é que pode ser feita a reserva legal no mesmo bioma, porém não na propriedade. Então, alguém pode não fazer a reserva em sua propriedade aqui e fazer lá no Piauí, o que não tem nada a ver com as bacias hidrográficas, que são fundamentais na produção da água.

Então, temos que ficar alertas e tomar providências, porque o projeto ainda vai passar pelo Senado, para que isso não ocorra.

Infelizmente, nesta Casa foi festejado que deveria ser retirada, e foi, a moratória para a caatinga, para que ficássemos cinco anos sem explorar a caatinga. Essa mata branca, esse bioma nosso, brasileiro e nordestino, com uma pequena parte no Estado de Minas Gerais, sofre um crime violento, que é a produção de carvão. Então, ela é explorada de forma ilegal. E aqui foi feito um discurso justificando que seria para a produção de alimentos. Não é verdade.

Temos que trabalhar no sentido de regulamentar e fazer um trabalho social para amparar essas famílias e acabar com esse crime, que vem acabando, devastando as nossas matas, principalmente a caatinga, para produzir carvão e enriquecer as siderúrgicas em Minas Gerais.

Quem trabalha nessa região, quem conhece, quem mora – e são milhões de cidadãos, homens e mulheres, que vivem nesse bioma, que sobrevivem dele –, sabe que temos que trabalhar numa alternativa de convivência, porque é preciso e necessário. A África tem índices pluviométricos muito menores e ali se sobrevive. E aqui é uma riqueza. Temos que preservar a nossa água, temos que articular isso também, porque senão vai tudo embora.



Então vamos trabalhar para que o Senado não aprove esse código, porque senão vai aumentar a desertificação e, com certeza, teremos ainda um processo de contaminação desse recurso tão necessário aos seres humanos que é a água.

Muito obrigado.

(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1085-I

Ses. EsP. 02/06/11

Or. Álvaro Gomes

Discutir temáticas relacionadas ao Meio Ambiente, destacando a comemoração do Dia Mundial da Água e o Combate à Desertificação.

A Sr^a PRESIDENTA(Fátima Nunes):- Deputado Marcelino Galo, obrigada pela sua contribuição. Estamos quase chegando ao final, mas temos ainda alguns oradores.

Vamos ouvir o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Queria saudar toda a Mesa em nome da deputada Fátima Nunes e parabenizar pela importante iniciativa desta sessão especial para debater a questão do meio ambiente, a preservação da água, a luta contra a desertificação.

O deputado Marcelino Galo lembrou muito bem, hoje pela manhã o debate aqui também foi interessante, foi exatamente sobre a questão energética, mas tomando como foco a questão da preservação do meio ambiente, a discussão das diversas alternativas energéticas e os benefícios, as vantagens, as desvantagens, os impactos ao meio ambiente. O foco pela manhã se deu na questão do debate do meio ambiente, e hoje pela tarde também fazemos este belo debate.

Então na Assembleia Legislativa hoje o dia inteiro dedicado à questão do meio ambiente. Isso é muito importante, porque esta Casa Legislativa precisa fazer mais debate sobre essa fundamental temática.

Hoje observamos a devastação do meio ambiente, com sérios prejuízos sociais para toda a sociedade e não temos nenhuma dúvida de que o problema da degradação do meio ambiente é, principalmente, em função do poder econômico. São os verdadeiros predadores do meio ambiente e que causam sérios prejuízos.

Portanto, precisamos ter essa preocupação. A questão da preservação da água, a questão da luta contra a desertificação. Temos que analisar, porque quando se fala em grandes investimentos, aí se passa logo a ideia de progresso, de desenvolvimento, geração de emprego, mas precisamos estar atentos para esses investimentos, não podemos aceitá-los a qualquer custo, pois podem prejudicar as pessoas, devastar o meio ambiente em nome do



dinheiro, em nome do desenvolvimento, em nome da geração de emprego e depois as consequências são graves, como a de Santo Amaro, atingindo milhares de pessoas e o meio ambiente que ficou altamente contaminado.

Portanto, é importante fazer este debate, para que, efetivamente, possamos contribuir no sentido de que cada vez mais a população e a sociedade se conscientizem da necessidade de preservação do meio ambiente. Evidentemente, as leis existem, protegem a natureza, mas existem leis que podem até prejudicar o meio ambiente. É importante que haja, efetivamente, a conscientização e a mobilização da sociedade.

Entendo que vivemos este momento de conscientização, as organizações cada vez mais atuantes, cada vez mais preocupadas com essa questão, portanto, observamos um avanço nesse sentido da conscientização. É preciso cada vez mais aumentar, organizar e se mobilizar. Não podemos concordar com os incêndios das matas para fazer carvão. E as matas virgens são tão importantes para a preservação do meio ambiente e da nossa espécie. Mas toda essa destruição é feita em nome do dinheiro e do lucro.

Parabéns, deputada Fátima Nunes, vamos continuar esse debate. Esta Casa tem de cada vez mais vestir essa camisa em defesa da água de qualidade para todos. Nesse sentido, o governo vem efetivamente trabalhando e viabilizando água para todos. E para se ter água de qualidade, sem contaminação, é preciso preservar o meio ambiente.

Vamos à luta! Até a vitória! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1086-I

Ses. Esp. 02/06/11

Or. Adílson Aquino

Discutir temáticas relacionadas ao Meio Ambiente, destacando a comemoração do Dia Mundial da Água e o Combate à Desertificação.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Obrigada, deputado Álvaro Gomes.

Ao falarmos sobre as instituições, não podemos deixar de citar o Sindae, uma grande organização que luta pelos trabalhadores e pela água. Vamos passar a palavra para o seu presidente, o Sr. Adílson. Depois vamos chamar o representante da Arcas, Ronaldo. Em seguida, encerraremos com os pronunciamentos as duas autoridades da Mesa.

O Sr. ADILSON AQUINO: - Boa-tarde a todos e a todas aqui presentes. Quero saudar a Mesa na pessoa da deputada Fátima Nunes, parabenizando-a por este evento. É o terceiro ou quarto de que participamos este ano para discutir a questão da água.

Ficamos aliviados quando vemos programas que irão combater a desertificação, a agressão ao meio ambiente. Mas preocupa-me porque tenho consciência de que, no Brasil, só precisamos fazer com que as leis sejam cumpridas.

Temos aqui o companheiro diretor do sindicato Ivan, de Juazeiro, uma região que também está susceptível à desertificação. Ivan me avisava que a grande questão lá é o desmatamento para produzir carvão.

Temos na região de Caetité a ganância das grandes empresas com a extração de urânio, contaminando o nosso lençol freático; muitas vidas já se foram, muitas crianças nasceram mutiladas. Quando íamos um tempo atrás à região de Itabuna para fazer as campanhas salariais, passávamos pela BR-101 ao meio-dia e parecia que já estávamos às 4h da tarde, por conta da proteção das sombras das árvores. Hoje se vê poucas árvores ao longo daquela estrada; e se pararmos o carro e entrarmos alguns metros na mata, veremos que aquelas árvores estão ali para enganar, foram deixadas para passar a imagem de que não se está desmatando. Mas está, sim, sendo desmatada para a criação do gado bovino.



Tudo isso com a justificativa, como bem já foi dito, de que é para produzir alimentos. Mas sabemos que temos outros meios para isso. Na realidade, é a ganância, é a usura, como já disse uma música popular nacional.

Nós do Sindae ficamos muito alegres quando recebemos o convite. Gostaríamos de estar aqui com um maior número de diretores, até para aprendermos com este debate. Mas só podemos vir eu e os companheiros Hermínio, Crispim, Ari e Ivan, porque estamos em plena questão salarial. Maio é o mês da nossa data-base, por isso, temos campanha salarial na Embasa, na CERB e em 34 SAAs por esse interior afora. Em Itabuna, por exemplo, temos a Emasa, empresa municipal.

O Sindae tem um compromisso muito grande com essa luta. Não é à toa que há 11 anos fazemos, anualmente, o Grito da Água no dia 22 de março. Se não é o maior, é um dos maiores movimentos existentes neste Estado, quando denunciemos tudo isso que está sendo debatido aqui. E não só denunciemos, mas também propusemos. Nós temos também propostas para que esse combate a toda essa agressão à natureza seja cada vez mais intensivo e que possamos fazer as leis serem cumpridas, fazer com que os grandes empresários do agronegócio sejam punidos quando eles, em detrimento da qualidade de vida de muitas famílias ribeirinhas, contaminam os rios. Um exemplo é o rio Subaé, em Santo Amaro, há uma luta do povo baiano para fazer verdadeiramente acontecer o que diz a música: *“Purificar o Subaé”*. É só um exemplo.

Fico alegre porque moro na Suburbana, no rio Sena, e vejo já um trabalho sendo feito no sentido de preservar a bacia do Cobre, mas não apenas murar, na minha visão, vai resolver o problema, é preciso um trabalho mais efetivo no sentido de inibir mesmo aqueles que já estão invadindo essa área pela estrada (BA), próxima do Derba. As pessoas que têm dinheiro vão invadindo e, às vezes, quando é o fraquinho que ocupa ele é expulso, mas o que tem dinheiro sempre está agredindo a natureza.

Então, a mensagem que o Sindae a todos aqueles que são dessa luta, a todas as instituições preocupadas com o meio ambiente é nós nos organizarmos no sentido de não mais ver criar leis, não mais criar leis no Brasil, mas no sentido de vermos verdadeiramente cumprir as leis que estão aí. Se tivermos capacidade de nos mobilizarmos para obrigar o



governo do estado e o governo federal a cumprir a lei, nós vamos quebrar um pouco essa sanha daqueles que quanto mais têm mais querem, em detrimento da preservação ambiental, daqueles que estão na base e passam por dificuldades. O pessoal ribeirinho passa fome, passa dificuldade, bebe água contaminada e não tem onde plantar. E não adianta, na minha maneira de ver, o trabalho é muito bom, o projeto é bom, mas educar os pequenos agricultores que estão plantando entre a cerca e o asfalto, porque já foram expulsos das suas terras, na minha opinião, o processo de educação é importante, mas é importante também que os poderes públicos partam para cima, com mais ferocidade, com mais intensidade no sentido de fazer com que aqueles que verdadeiramente usurpam aquilo que é do povo tenham (inaudível).

Para nós do Sindae, interessa que nos organizemos. O governo faz a parte dele e nós operários, nós que trabalhamos no campo, nós pescadores, nós que fazemos verdadeiramente este País crescer estejamos organizados, porque a sanha dos poderosos diminui e possamos ter um País mais saudável, para que eu possa deixar para os meus filhos – para os meus filhos não mais, porque eles já estão aí respirando esse ar contaminado – para os meus netos, para os meus bisnetos um País melhor, que tenha não só água, mas que tenha sustentabilidade.

Muito obrigado. Deixo a mensagem do Sindae com vocês.

(Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)



1087-I

Ses. Esp. 02/06/11

Or. Ronaldo Reis Santos

Discutir temáticas relacionadas ao Meio Ambiente, destacando a comemoração do Dia Mundial da Água e o Combate à Desertificação.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito obrigada, presidente do Sindae. Quero dizer que é valiosa a sua contribuição. E tenho dito que em qualquer tempo sempre, em qualquer governo precisamos da sociedade civil organizada.

Quero registrar a presença do Sindicato dos Enfermeiros; da Fundação Reciclar da Região Metropolitana de Salvador; os companheiros de Olindina; do projeto de Amparo ao meio Ambiente – de Pirajá; dos representantes e companheiros da CUT; da ASA Prev – Bahia; de Jones Bastos, coordenador do MSTs; Cristina, presidente do Sinergia, comprometida com a nossa luta em Ribeira do Pombal, na Bahia e no Brasil.

Vamos agora ouvir Ronaldo em nome da Arcas. Depois dele, temos mais dois oradores e encerraremos a sessão.

Ronaldo é da Associação Regional de Convivência com o Semiárido, do território Semiárido Nordeste II.

O Sr. RONALDO REIS SANTOS:- Boa tarde a todos e a todas, saúdo a Mesa em nome da deputada Fátima Nunes e a parabenizo pela ação que ela desenvolve nesta Casa e pela iniciativa de tratar de um tema como esse.

Sou da Arcas – Cícero Dantas, nós temos uma área de atuação em 22 municípios da microrregião de Paulo Afonso e temos o objetivo de trabalhar com os agricultores a formação e também desenvolver algumas atividades de convivência com o Semiárido no setor roça, criação e água.

Como esse assunto aqui me chamou mais a atenção, vou falar mais do projeto Aguadas, é um projeto que a gente vem desenvolvendo em parceria com o antigo Ingá, que hoje é o Inema.

Então, em poucas palavras, eu queria dizer que a importância desse projeto para a nossa região. Esse convênio atendeu diretamente oito municípios e dentro desses oito



municípios atendemos 35 comunidades, onde tivemos 108 tecnologias desenvolvidas, 90 barreiros-trincheira de 30 horas, mais 4 barreiros comunitários de 80 horas e 14 cisternas de enxurrada, que é para a produção de alimentos e dessedentação animal.

Nesse primeiro momento, por ser um projeto-piloto, nessa parceria da Asa com o governo do Estado, mobilizamos muitas famílias, conseguimos capacitar ainda 1.110 famílias em que apenas 108 diretamente foram beneficiadas. E ouvindo os relatos dessas famílias dá gosto de a gente dar continuidade a esse projeto, porque lembro do Sr. Manoel, de uma comunidade chamada Casa Nova, de Novo Triunfo, que dizia assim: “Eu nunca imaginei ter uma aguada desse tamanho em minha propriedade. Desde criança que só via isso em terreno de fazendeiro. E nós tínhamos que nos acabar levando o gado léguas e léguas, dar água, e quando voltava o gado já estava de novo com sede”. (Palmas)

Então, ele me relatava isso, e começava a me dar aquele frio por dentro, me arrepiar e lembrando do que ele dizia. Hoje eu posso sentar na porteira e ver o gado bebendo na hora que quiser, entra no barreiro, sai do barreiro e bebe. Então, hoje ele diz que tem um barreiro com capacidade de armazenar 600 metros cúbicos de água dentro da sua propriedade a custo baixo e uma proposta levada pela Asa junto com o governo do Estado.

Então, são muitos os relatos lindos que a gente ouve. Famílias que ganharam a cisterna de produção e dizem que hoje a sua alimentação tem qualidade, conseguem produzir o quiabo, a alface, a cebolinha, o coentro, e dá para o consumo da família e ainda podendo vender para a comunidade ou colocar uma barraquinha na feira e conseguir o dinheiro para pagar o supermercado, ou seja, melhora a qualidade de vida da família na alimentação e ainda melhora a renda, o poder aquisitivo da família de poder ter uma vida mais digna.

Então, para mim, a grandeza desse projeto é essa: é poder atender diretamente aquele povo que por toda a vida foi esquecido. No passado, eu acompanhei, ou seja, eu vi muitas barragens, muitas aguadas sendo construídas, mas, infelizmente, com recursos públicos em terras de fazendeiros, e o povo não tinha acesso. A gente, hoje, tem um outro olhar de ver que o Semiárido com pequenas iniciativas, mas que vêm mudando a vida do povo.



Então, parabenizo o Nilton quando fala em nome da Asa, essa rede de articulação com tantas entidades da sociedade civil, as parcerias feitas com o governo federal e com o governo estadual, que vêm mudando um pouco essa realidade do Semiárido, que a gente via com tanto sofrimento, a terra seca, a vaca morta, e hoje vemos tanta vida no Semiárido, tanta família feliz, porque toda vida foram alegres, mas faltava um pouco de políticas públicas voltadas para esse povo melhorar de vida.

Então era só isso que queria dizer: o sucesso que foi e que está sendo o Projeto Aguadas. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1088-I

Ses. Esp. 02/06/11

Or. Eder Freitas

Discutir temáticas relacionadas ao Meio Ambiente, destacando a comemoração do Dia Mundial da Água e o Combate à Desertificação.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Obrigada, companheiro Ronaldo. Agora vamos passar a palavra para o capitão Eder Freitas, que é coordenador do Projeto Guardiões da Caatinga do Estado da Bahia. (Palmas)

O Sr. EDER FREITAS:- Boa-tarde a todos, cumprimento a Mesa em nome da deputada Fátima Nunes. É de importância fundamental ter a atenção do governo quando se visa o bioma caatinga que, infelizmente, é tão pouco visto por até nós mesmos, os populares.

À frente da instituição dos Guardiões da Caatinga, em torno de seis anos, eu tive o prazer e a honra de poder comandar um grupo que tem a incumbência de proteger o bioma caatinga, e dessa forma consegui captar jovens que estão interessados em crescer e mostrar que o bioma é importante para nossas vidas.

Atualmente temos um efetivo funcional, e 90% desse efetivo são voluntários, um número expressamente valoroso de 2332 jovens que estão compondo a instituição dos Guardiões da Caatinga. Isso, atendendo a um nível diretamente, mas também a um caráter indireto, em torno de 30 mil famílias. A instituição, hoje, engloba, no Estado da Bahia, um total de 45 municípios, nas proximidades de Queimadas, Ribeira do Pombal, Juazeiro, Miguel Calmon, território do sisal e outros mais territórios.

Eu vejo hoje, senhores presentes, que a iniciativa do governo é de fundamental importância e que não podemos, de forma alguma, parar por aqui, porque posturas e ações estão acontecendo com relação àqueles que têm interesse apenas econômico. Podemos mudar muita coisa. Vamos mudar muita coisa. Resta saber se realmente queremos.

A instituição dos Guardiões da Caatinga está a inteira disposição desta Casa e toda e qualquer outra instituição a nível Bahia, porque queremos realmente mudar a imagem que temos do bioma caatinga, vêm empresas de fora que têm boas visões sobre a questão do bioma e tiram proveito dessas visões.



Permitam-me fazer só uma menção: estava passeando aqui em Salvador, no Shopping Iguatemi, com minha esposa, e ao transitarmos deparei-me com uma delicatessen e identifiquei um produto, uma compota de geleia de umbu de uma cooperativa que a gente dá um suporte técnico, a cooperativa em questão é a Copercuk, em Uauá. Avistei e fiquei muito feliz por ver uma compota de umbu de uma cooperativa numa delicatessen num shopping em Salvador – fui até lá e perguntei a vendedora quanto custa a compota de umbu – ela, como todo vendedor, enrolou-me, não quis dizer de imediato, mas disse que a compota era muito gostosa, muito saborosa, e depois de muitas tentativas que requeri a informação do valor ela olhou pra mim, num sorriso discreto, e disse: 250 grs uma compota de umbu, R\$75,00 – valoroso. Então, abismado eu estava e fiquei e ainda mencionei: poxa, mais uma simples compota de umbu a R\$75,00? Ela, no mesmo sorriso que estava, bateu sobre o meu ombro e me disse: é a última, viu?

Então, senhores, aproveitem a caatinga que temos! Saibam utilizar desse meio ambiente. (Palmas) Através dessa instituição, através dos nossos técnicos, nossos engenheiros temos o prazer de capacitar trabalhadores rurais gratuitamente, temos o prazer de capacitar agricultores familiares, temos o prazer de capacitar cidadãos que querem, realmente, manusear e ter um resultado produtivo dentro das suas propriedades sem mesmo poder denegrir o nosso meio ambiente. Dessas formas podem sim ter resultados, e ótimos resultados.

Portanto, senhores, aproveitem o dia de hoje da melhor forma possível, e tentem ver que o objetivo de todos é o melhor para a vida, a vida de todos.

Obrigado e uma boa tarde a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)



1089-I

Ses. Esp. 02/06/11

Or. Célio Costa Pinto

Discutir temáticas relacionadas ao Meio Ambiente, destacando a comemoração do Dia Mundial da Água e o Combate à Desertificação.

A Sr. PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Agradecemos ao nosso jovem guardião da caatinga. O exemplo é muito importante. Falou sobre Uauá com o coração na Jaguararibizinha. Está lá Uauá, Juazeiro, Curaçá, todo mundo trabalhando o umbu, que antes não servia muito mas hoje se transforma numa fonte de renda. Vamos enviar algumas compotas à nossa presidenta Dilma para ela entender a importância de investir mais e mais no sertão.

Vamos ouvir nosso superintendente do Ibama, o Dr. Célio Costa Pinto.

O Sr. CÉLIO COSTA PINTO:- Boa-tarde a todas e todos.

Deputada Fátima Nunes, é com muito prazer que recebemos o convite para representar nesta tarde o Ibama na Bahia. Quero fazer uma saudação a V.Ex^a em especial, cumprimentando também os demais membros da Mesa e dizendo que os serviços que vêm prestando ao levantar temas como este da importância da proteção do meio ambiente, além da preocupação com a água, a desertificação e os seus efeitos, nos deixa como órgãos ambientais muito felizes.

A senhora já representou o DNOCS aqui na Bahia, é da região da caatinga, não foge à luta e tem um exemplo de vida tão interessante nesta Casa, que faz este Plenário cheio destas pessoas do interior e com uma Mesa tão representativa, composta por diversas autoridades e vários órgãos tão importantes. Parabéns pela iniciativa!

Quero destacar que nós do Ibama trabalhamos com um tema que é muito pesado e difícil: a fiscalização ambiental. Através dela muitas pessoas nos veem, como também nos veem por tabela como órgãos. O Ministério Público estava aqui, com o Dr. Marcelo Guedes, que precisou sair; da Polícia Militar está presente o nosso amigo major Machado, comandante da Copa. Quando há demora, perguntam: “Cadê o Ibama? Cadê a Copa? Cadê o



Ministério Público?” E quando nós chegamos fiscalizando, multando, embargando, aí ouvimos: “Lá vem o Ibama, lá vem a Copa, lá vem o Ministério Público!”

Então lidar com o que é difuso, com o que é de todos, às vezes traz a sensação de que não é de ninguém. Mas é uma missão muito nobre. E por isso a importância das parcerias, como a que existe na fiscalização preventiva integrada na Bacia do Rio São Francisco, de que fazemos parte como Ibama, da mesma forma que um órgão estadual, o Inema, que está representado nesta sessão pelo nosso amigo Luiz Henrique.

Precisamos ter muito cuidado com o tema do carvão, como o deputado Marcelino Galo levantou daqui. A Operação Corcel Negro veio identificando 14 estados do Brasil e uma conexão muito forte na Bahia, onde existe um desmatamento ilegal para a produção e transporte ilegal do produto. Continuaremos este assunto desenvolvendo uma série de trabalhos de investigação e fiscalização com os nossos parceiros.

Enfrentamos também a pesca predatória que existe nos açudes, no Rio São Francisco e aqui na zona costeira. É pesca ilegal de todos os tipos, além do tráfico de animais. Por essas razões, precisamos ter delegacias de Meio Ambiente.

Acho que a Assembleia Legislativa precisa se posicionar sobre isso, porque é muito bom termos as Delegacias do Idoso, do Turista, da Mulher, mas ainda não temos a que pode ajudar os órgãos ambientais nessa tarefa dos interesses difusos: a delegacia do Meio Ambiente. (Palmas!) Então, defendemos isso aqui.

Em relação ao Código Florestal - muito rapidamente, porque o tempo é curto -, também foi falado. Eu defendo a posição do governo brasileiro, da presidente Dilma de que esse texto aprovado flexibiliza e não contempla os anseios mundiais com a proteção do meio ambiente.

Observem que, no próximo ano, o Brasil vai sediar a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, a Rio + 20, e o mundo inteiro vai olhar para nós. Vamos dar esse mau exemplo de aprovar um código florestal tão ruim como o que está posto na Câmara dos Deputados.

É preciso rever isso. É preciso que o Senado faça a sua parte, que a sociedade civil se mobilize para que a gente não tenha, por exemplo, as APPs sem a compreensão da sua



função ecológica. As APPs não estão conceituadas pela academia, pelas universidades, apenas por uma questão de tamanho da propriedade. Ela impacta diretamente os recursos hídricos, os rios, as nascentes, os lagos. E quem está no campo, vocês que estão no Semiárido sabem muito bem disso.

Então, é uma questão de honra, uma questão estratégica da conservação ambiental do nosso País.

A gente também não pode dar o mau exemplo da anistia. Imaginem quanto o Ibama, a Polícia Militar, o Inema na Bahia, os órgãos de proteção gastaram nas operações de fiscalização custeadas pela sociedade. São milhões em multas que podem ser jogados pelo ralo. Isso é muito grave. É um precedente que estamos criando para as futuras gerações.

E, para finalizar, como estamos próximos da Semana do Meio Ambiente, convido todos para se integrarem a esse momento de reflexão, no dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, domingo, para que possamos estar com uma energia muito positiva, pensando nesse tema, também fazemos parte dele como *homo sapiens*, uma das espécies que habita este planeta.

Então, deputada Fátima, parabéns! Parabéns a todos.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1090-I

Ses. Esp. 02/06/11

Or. Luiz Antônio Ferraro

Discutir temáticas relacionadas ao Meio Ambiente, destacando a comemoração do Dia Mundial da Água e o Combate à Desertificação.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Na verdade, eu é que agradeço a todos que fazem parte desta Mesa porque a riqueza dos depoimentos, das experiências e das missões de cada órgão público enriquecem esta Casa.

Como disse o deputado Marcelino Galo, reforçado pelo deputado Álvaro Gomes, aqui precisamos debater nos dias normais, de segunda a quinta-feira pela manhã, temas como este, porque é exatamente nesses dias que temos maior presença dos deputados. Por isso é que o material que o Luiz apresentou nesta sessão será encaminhado para o nosso gabinete para que a gente possa distribuir para os deputados debaterem também. É claro, uns se interessam mais, ouvem mais, poucos, hoje são poucos, fazem ouvidos de mercador e trazem para o debate aquilo que cria mais polêmica, inclusive, na mídia. Mas o nosso papel enquanto representantes, cuidadores desta sociedade, é de interesse, interessamo-nos que os temas de hoje sejam debatidos também nos dias das sessões normais, não apenas nesta sessão especial.

Agradeço a todos que estiveram presentes e passo a palavra ao Dr. Luiz Antônio Ferraro, aqui representando o secretário de Estado Dr. Eugênio Splenger.(Palmas)

O Sr. LUIZ ANTÔNIO FERRARO:- Muito boa-tarde a todos.

Cumprimento a deputada Fátima Nunes, cumprimento a Casa por começar as comemorações da Semana do Meio Ambiente com estes debates que estão ocorrendo hoje. É um período não só de celebração, é um momento para chamar a sociedade como um todo à reflexão. Cumprimento todos os presentes que vieram para essas reflexões no dia de hoje e espero que continuem participando de outras reflexões em diferentes espaços sobre a questão ambiental.

A questão ambiental apesar de ter virado um consenso... Alguém aqui é contra o meio ambiente? Ninguém, não é? Todo mundo é a favor do meio ambiente. Não há ninguém



que diga que é contra o meio ambiente. Somos todos a favor. Agora, se todo mundo é a favor, quem está contra? Se está havendo degradação, alguém está contra. Nós precisamos entender que o que está contra o meio ambiente é o sistema todo, é o modo de se organizar da sociedade, o modo econômico, o modo de produzir que precisa ser repensado, transformado passo a passo por todos nós e pelo Estado.

Nesse sentido, nós precisamos compreender as raízes da questão ambiental. Por que a questão ambiental continua sendo um problema depois de ter se tornado um consenso mundial? Porque os danos ambientais principalmente para um país desigual como o nosso, ele se distribui desigualmente. Os prejuízos e os benefícios do processo de desenvolvimento não se distribuem da mesma maneira. Quem perde quando a gente tem uma iniciativa não é a mesma pessoa que ganha.

Então, essa forma como a gente distribui ganhos e prejuízos do processo de desenvolvimento está no cerne da questão ambiental. Se todos sofrêssemos igualmente as consequências da degradação ambiental, não haveria degradação ambiental. A gente chegaria num acordo para não ter determinado tipo de impacto que afetasse o meio ambiente, ou seja, afetasse a todos nós. Mas nada afeta a todos nós, nem as mudanças climáticas afetam todos. Quem tem dinheiro para comprar protetor solar está menos ameaçado pelo buraco da camada de ozônio também. É o sem-teto que vai sofrer primeiro com a chuva ácida. Então, essa distribuição que ocorre de todos os ambientes, dos globais aos locais, está no cerne do nosso problema. Então, enfrentar a problemática ambiental não está separado de enfrentar problemas históricos do Brasil, dentre eles a desigualdade.

E aí um colega destacou a educação. De fato a educação não muda o mundo. Mas como disse Paulo Freire, muda o homem e a mulher que mudam o mundo. Então, esses dois aspectos eu quero destacar. Não podemos falar da questão ambiental sem pensar em problemas históricos e da questão de envolver toda a sociedade no enfrentamento da problemática ambiental.

Nesse sentido, a gente precisa avançar muito nas políticas ambientais. Em nome da Sema, quero agradecer o apoio que vimos tendo desta Casa nas mudanças do sistema estadual de meio ambiente, queremos continuar contando com o apoio nas novas mudanças



que ocorrerão. E dizer com isso que temos um déficit de política ambiental. Um pouco porque as políticas ambientais foram sendo montadas no Brasil, orientadas por financiamentos externos que só faziam projetos piloto, projeto piloto não é política pública. Ele pode ser uma escolinha inicial de política pública. O projeto Aguadas que foi citado pelo companheiro é um projeto piloto e não atingiu nem 3% dos municípios susceptíveis à desertificação. Como é que se faz para chegar em 100%? Isso é política pública.

Esse é o passo que precisamos dar. A gente tem, na Bahia, um modelo de ocupação, estou inspirado nisso, há duas companheiras que lutam com os movimentos de fundo de pasto, como eu aqui, os fundos de pasto são o modelo baiano de ocupação do semiárido que, por estudo da Oxford, na seca de 93 e 94 foram os menos afetados. Nos fundos de pasto não se sofreu tanto com os impactos da seca. É o modelo baiano de ocupação de solo, de ocupação de semiárido.

Isso nós precisamos reconhecer e incorporar nas políticas públicas. O plano e o programa estadual de combate à desertificação e aos efeitos da seca vão ganhar mais espaço na nova estrutura do Sistema. Em relação à política de águas, o Luiz está aqui, a Diretoria de Águas está desenhando lá, a gente não tem nenhum plano de bacia concluído na Bahia nesse momento. A gente pretende ter pelo menos 10 planos de bacia concluídos e em processo de implementação nos próximos 4 anos. Esse é o tipo de avanço que a gente precisa, são os instrumentos para a gestão ambiental.

Em relação às florestas, falou-se bastante da questão do Código Florestal aqui, e pretendemos que as unidades de conservação sejam polos irradiadores da política florestal. Em relação ao Código Florestal, é bom destacar que pode caber a esta Casa impedir recursos que porventura ocorram no âmbito federal. Nós temos condições, e pelo princípio federativo de fazer com que a Bahia não tenha tantos recursos do Código Florestal, como se está sinalizando, o que pode ocorrer no âmbito federal. E a história vai se lembrar desta Casa se esta Casa fizer esse ato de resistência.

Aqui na Bahia, em relação à biodiversidade, é o Estado de maior quantidade de agricultores familiares. E é na agricultura familiar que temos maior chance de biodiversidade, de agrobiodiversidade. A agricultura familiar nunca planta uma monocultura.



Eles sempre plantam um monte. Sempre vemos, num fundo de pasto e em outra modalidade de ocupação, o plantio de mandioca, milho, feijão e abóbora, há a produção de carne no fundo de pasto, por exemplo. Isso dá oportunidade à Bahia, porque, valorizando a pequena produção, a produção de fundo de pasto, estaremos valorizando a biodiversidade também, vamos avançar com a questão dos corredores ecológicos na Bahia. Além da Mata Atlântica, queremos mais corredores ecológicos no serrado e na caatinga. Esses são desafios de políticas públicas, e essa primeira mudança que fizemos no sistema com a criação do Inema e a reestruturação da Sema também, acreditamos que poderemos avançar.

Para isso, precisamos, cada vez mais, contando com o apoio desta Casa e de todas as organizações aqui representadas e da sociedade, inserir a dimensão ambiental na prática de todas as organizações e na prática do Estado como um todo para que ela não fique alijada e não comemoramos, simplesmente, o Dia do Meio Ambiente a cada ano.

Muito obrigado. (palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

**DL-04****Ses. Esp. 02/06/11**

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Como disse antes, pelos temas e pelas autoridades presentes aqui na Mesa e pelo conhecimento que todos carregam em sua experiência de vida, cada um dos oradores aqui falaria uma tarde para nós e teríamos uma tarde também de perguntas. Por isso, fica para nós esta missão contínua, de buscar, em nosso caso, em nosso mandato parlamentar, buscar o material nas instituições, distribuir com as organizações presentes, promover esse debate também nas Câmaras de Vereadores, aproveitar a oportunidade em que estamos debatendo o PPA estadual e também reunir com o nosso povo para continuar essa tarefa de compreender mais e melhor, principalmente, as leis que estão em votação.

É verdade, como disse Dr. Sérgio, que, se a sociedade se mobiliza e diz como quer e como entende que é melhor para o nosso planeta, possivelmente, hoje, os senadores, com quem está hoje o projeto florestal, pensarão duas vezes em aprovar, de forma súbita, como foi no Congresso Nacional, itens tão desastrosos para o meio ambiente.

Então, de todo modo, eu quero agradecer imensamente ao deputado Marcelo Nilo, que, como presidente desta Casa e da Mesa Diretora, abriu e aprovou esta sessão, que foi muito importante. Agradeço as presenças de Dr. Marcelo Henrique, promotor de Justiça; de nosso comandante da Polícia Ambiental, o major Machado; da Dr^a Ana Paula, superintendente da Embasa, representando ao Dr. Abelardo; do Dr. Bento.

Ainda continuo agradecendo as presenças de Dr. Jorge, da Reciclalba; de Dr. Luiz Henrique Pinheiro Silva e Luiz Lima, Luiz do Inema e Luiz representando Dr. César Rocha, pois deram contribuições valiosas. Agradeço, também, a presença de Milton, que mostrou, para nós a experiência de um milhão de cisternas; de nosso diretor de sindicato, Dr. Adilson Bonfim Souza de Aquino – coordenador da caatinga – ganhou o título de doutor. Então, todo mundo fala, né? Nós somos doutores mesmo. Somos doutores da vida, da sabedoria, autores de tantas mudanças neste país; do coordenador da caatinga e dos Guardiões da Caatinga; do



superintendente do IMA, Dr. Célio Costa Pinto e Dr. Luiz Ferraro, representando o nosso secretário do Meio Ambiente.

E, em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço as autoridades civis, militares e eclesiásticas, as senhoras e os senhores, as organizações, a imprensa, os jovens que trouxeram a sua arte e cultura, os professores que estão em greve presentes no Plenário e nas galerias. Agradeço a todos presentes.

Na sala da Comissão das Mulheres será servido um coquetel, portanto, sejam todos bem vindos.

Declaro encerrada a presente sessão.